

## ANÁLISE COMPARADA DAS ELEIÇÕES PARA CHEFE DO EXECUTIVO LOCAL NO BRASIL E NO URUGUAI (2000-2010)

MÖRSCHBÄCHER, Melina  
ISP-UFPel – m\_elz@hotmail.com

BARRETO, Alvaro  
ISP-UFPel – albarret.sul@terra.com.br

### 1 INTRODUÇÃO

Com a proposta de apresentar uma análise comparada de dois sistemas políticos – o brasileiro e o uruguaio – a pesquisa tem como base as mudanças institucionais realizadas em ambos os países nos anos de 1990. Frente ao reconhecimento das características que, evidentemente, distanciam a realidade destes países – diferenças em termos linguísticos, populacionais, territoriais, de organização política e partidária – o desafio se constitui em traçar um paralelo que possibilite um estudo que aproxime tais realidades, sob a perspectiva da Ciência Política, a partir de resultados eleitorais.

Tanto o Brasil como o Uruguai possuem sistemas presidencialistas e adotam a representação proporcional. Não obstante, enquanto aquele se organiza sob a estrutura federativa, este tem como organização constitucional e política o Estado Unitário. Também é pertinente enfatizar a questão partidária, cuja caracterização opõe os países vizinhos. O Uruguai é referência no que diz respeito à estabilidade, consolidação e nacionalização do seu sistema partidário, enquanto o Brasil se distancia de tais qualidades.

Em 1997, duas importantes alterações nos sistemas políticos do Brasil e do Uruguai, foram responsáveis por dissolver algumas das características distintivas entre esses países. Através de uma Emenda Constitucional, o Brasil em quatro de junho de 1997, adotou o mecanismo que possibilita a reeleição imediata para mais um único mandato do chefe do executivo dos três níveis da administração pública. O Uruguai, nesse sentido, já possui longa trajetória se tratando da prática da reeleição, em unidades subnacionais, desde 1934.

Por sua vez, o Uruguai recebe destaque devido à mudança que foi resultante de uma ampla reforma constitucional, que entrou em vigor em janeiro deste mesmo ano. Após 60 anos contando com eleições vinculadas em níveis nacional e departamental, o país optou pela adoção de um calendário autônomo – o que já caracterizava o sistema brasileiro há décadas.

O estudo apresenta o impacto que, recentemente, pôde ser identificado no modo de fazer política dos dois países. A partir dessas importantes alterações institucionais, são analisados dados das eleições do Brasil e do Uruguai, considerando como variável – que torna possível a comparação de seus sistemas políticos e esclarece em que medida as duas realidades se aproximam – a reeleição do chefe do executivo municipal (intendente no Uruguai e Prefeito no Brasil). Assim, a pesquisa compreende o efeito das novidades institucionais – reeleição no Brasil e calendário autônomo no Uruguai – sobre o comportamento dos candidatos e direcionamento dos resultados eleitorais.

Servem de base empírica para o estudo os resultados das três últimas eleições realizadas nos dois países (2000, 2004 e 2008 no Brasil e 2000, 2005 e

2010 no Uruguai). A fim de considerar as distorções de dimensão dos processos, foram selecionados, com vistas à comparação dos pleitos, 19 departamentos uruguaios e 62 municípios brasileiros (as 26 capitais estaduais e os 36 que, desde 2000, poderiam realizar eleições em dois turnos). Assim, a pesquisa abarca 243 disputas (186 no Brasil e 57 no Uruguai).

## 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Para melhor elucidar as possibilidades decorrentes da presente análise, o estudo faz uso de categorias bastante precisas: “reapresentação” ou *incumbent*; “desistência”; “reeleição ou sucesso”; “fracasso”; “retorno”; “reeleição mediada”; “renovação”; e “desafiantes”. A pesquisa segue por dois eixos de análise, um centrado nos concorrentes individuais e outro no impacto do resultado para os partidos políticos (considerando, especialmente, se contam com o *incumbent*).

Propõe-se, neste trabalho, um procedimento metodológico de investigação destinado a comparar os dados coletados, analisando as circunstâncias de cada caso para, então, classificá-los. Nesse sentido, foi preciso considerar diversas fontes. Em relação aos dados a respeito do Uruguai – dados eleitorais e no que se refere aos candidatos – foram usadas fontes bibliográficas. As obras sobre os ciclos de 1999-2000 e de 2004-2005, organizadas pelo Instituto de Ciência Política da Universidad de la República, trazem grande parte das informações. Também, em algumas ocasiões, foram necessários os autores Magri e Cardarello, bem como o *site* “El Espectador” e o *site* do jornal “El País”.

No caso brasileiro, a busca de dados configurou-se em uma situação bastante distinta, devido à ausência de informações sistematizadas a respeito dos titulares dos governos municipais. De início utilizou-se informações do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, foram necessárias, ainda, pesquisas em artigos e diversos *sites*: Wikipédia, institucionais (prefeituras, sobretudo), de alguns políticos e de órgão da imprensa.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados levantados para a pesquisa e por meio do uso das categorias previamente estabelecidas, os resultados foram comparados e analisados. Considerou-se a condição dos chefes dos executivos locais do Brasil e do Uruguai quanto a: concorrer à reeleição imediata, reapresentação destes (em relação aos que podiam fazê-lo) e o resultado que obtiveram.

Também foram identificados aqueles que derrotaram o *incumbent* nas eleições locais e o resultado das disputas quando o adversário é um ex-chefe do executivo ou um candidato que nunca exerceu o cargo. Ainda apresentou-se o resultado dos pleitos nos quais o *incumbent* não concorreu.

O trabalho fez uso do método comparativo, aplicado a unidades subnacionais. Assim, os dados analisados nos permitem perceber o impacto que a reeleição do chefe do executivo local tem causado nas organizações políticas brasileira e uruguaia. Através do estudo de um total de 243 pleitos, foi possível identificar ajustes e tendências a partir das mudanças institucionais de 1997.

Outras questões importantes foram sugeridas no decorrer do estudo, no que tange à causalidade e ao significado dos resultados obtidos nessa pesquisa. Também há menção a interpretações diversas sobre a questão partidária no

Uruguai e sobre as peculiaridades de cada sistema nacional. No entanto, não é objetivo da pesquisa aprofundar tais temáticas e justificar as diferenças entre os dois países.

#### 4 CONCLUSÕES

O esforço desse trabalho concentrou-se em identificar em que medida o Brasil e o Uruguai alteraram suas práticas políticas usuais – com a possibilidade de reeleição e o calendário autônomo, consecutivamente, nesses países. A pesquisa centrou-se nas eleições de 2000 a 2008, nos 62 municípios brasileiros e nas disputas de 2000 a 2010, nos 19 departamentos do país vizinho. Assim, através dos resultados obtidos, foi possível estabelecer uma relação entre os novos fenômenos - em especial a questão do *incumbent* – e os efeitos desses na realidade de ambos os países.

O intento da pesquisa, inicialmente, foi entender e quantificar a participação do *incumbent* nos dois países – considerando o comportamento dos candidatos, os resultados, e as conseqüências desse fenômeno nos sistemas partidários locais. Constatou-se um alto índice de sucesso dos prefeitos e intendentes que visavam à reeleição (72% no Brasil e 62% no Uruguai). Verificou-se o desempenho do *incumbent* frente a outros adversários, o que provou que seu resultado independe desse fator. O estudo também averiguou a perda de espaço político daqueles que pretendem retornar ao governo.

Dentre os 243 municípios, houve 45% de reeleição imediata, 11% de reeleição mediada (retorno) e 44% de renovação. A taxa de reeleição mediada é, praticamente, a mesma nos dois países (14% e 13%), porém, no Uruguai, a renovação é muito maior (50%) e, então, o sucesso do *incumbent* menor do que no Brasil.

Com novas regras no jogo político modificam-se, também, as oportunidades e estratégias dos atores e partidos políticos. E, se tratando da possibilidade de reeleição, o Brasil sente maior impacto, devido à adoção recente desse mecanismo. Em relação ao Uruguai, a novidade é a adoção de um calendário próprio. Assim, há maior possibilidade de a eleição municipal tornar-se independente, conferindo maior peso ao fator local.

#### 5 REFERÊNCIAS

BUQUET, Daniel (Coord.). **Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno**. 2004-2005. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política, 2005.

CARDARELLO, Antonio. Entre la continuidad y la disidencia: perfiles de campaña en Maldonado, Paysandú, Salto y Colonia In: LAURNAGA, María Elena (Coord.). **La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 2001.

EL PAIS. Elecciones Departamentales 2010. Disponível em: <http://participacion.elpais.com.uy/eleccionesdepartamentales2010/>

ESPECTADOR.COM. Especial Municipales 2005. Disponível em: [http://www.espectador.com/municipales/x\\_departamentos.php](http://www.espectador.com/municipales/x_departamentos.php)

LOPEZ, Santiago. ¿Cuán “locales” son las elecciones municipales en Uruguay? Estimando independência de resultados y comportamientos electorales. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 16, n. 1, dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S079797892007000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S079797892007000100006&lng=pt&nrm=iso). acessos em 25 ago. 2010.

MAGRI, Altair. La Llave del triunfo electoral en mayo 2000: reelección, continuidad y “por la vuelta” In: Vários Autores. **Elecciones 1999-2000**. Montevideo: Banda Oriental/ Instituto de Ciencia Política, 2000.

MENDES, Marcos/ ROCHA, Carlos Alexandre Amorim. **Reeleição sob informação imperfeita: evidência para os municípios brasileiros**. Série Texto para discussão. Brasília: Departamento de Economia/UnB (313), jun. 2004. 1-27 Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/313maio2004MarcoseCAlexandre.pdf>

MENEGUIN, Fernando B. / BUGARIN, Maurício / CARVALHO, Alexandre X. de. **O Que leva um governante à reeleição?** Textos para discussão. Brasília, IPEA (1135), nov. 2005. 1-31. Disponível em: [http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1135.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1135.pdf)

TRAVERSA, Frederico. Elecciones municipales de mayo de 2000: una pespectiva de análisis para interpretar los resultados y el caso particular del departamento de Colonia In: LAURNAGA, María Elena (Coord.). **La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 2001.

Vários Autores. **Elecciones 1999-2000**. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política, 2000.